



## BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

### Emprego e pobreza em Moçambique

Esta edição do Boletim Bibliográfico sugere aos leitores uma selecção de literatura sobre o emprego em Moçambique e a sua ligação com a redução de pobreza. As questões trazidas pela literatura indicam a natureza multidimensional da ligação entre o emprego e a pobreza, e a necessidade de olhar para além dos empregos criados na economia, abordando as questões como condições de emprego e custo de vida. A dificuldade da economia moçambicana em gerar empregos suficientes e que providenciam um rendimento compatível com a redução dos níveis de pobreza tem que ser analisada considerando o padrão de crescimento da economia moçambicana, sustentado por exportações de produtos primários, afunilamento da base produtiva e incapacidade da economia em organizar a produção de bens básicos de consumo a acessíveis para a população.

### Publicações do IESE sobre o tema

Ali, R. (2013) **Mercados de Trabalho Rurais: Porque são Negligenciados nas Políticas de Emprego, Redução da Pobreza e Desenvolvimento em Moçambique?** In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 211-237.

Há um interesse em discussões sobre o trabalho assalariado rural depois de longos períodos de se considerar a sua ausência em dinâmicas de pobreza e de desenvolvimento rural em África. Entretanto, a forma como esta questão tem sido, convencionalmente, analisada em Moçambique tem se revelado ainda limitada para a abordar coerentemente. Neste artigo, a autora argumenta que o método de análise (abordagem analítica e metodologia de tratamento da informação) subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais, onde específicas formas de trabalho acontecem e se desenvolvem, importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique. Daqui, ao considerar os distintos métodos de análise, este artigo discute como é que a abordagem analítica e a metodologia de tratamento da informação podem inibir a percepção da realidade sobre padrões e dinâmicas dos mercados de trabalho rurais e implicar a sua negligência.

Araújo, M. (2010) **Promover o emprego através do investimento directo estrangeiro: a empresa algodoeira Dunavant em Morrumbala**. In : Luís de Brito et. al. (orgs.). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 195-222.

Este artigo discute o impacto do Investimento Directo Estrangeiro na qualidade e quantidade de emprego criado no sector do algodão e as suas implicações em termos de transformação dos padrões de acumulação e de redução da pobreza, baseando no estudo de caso da empresa Dunavant no Distrito de Morrumbala na Província da Zambézia. Os resultados do estudo mostram que a contribuição mais importante que está a ser feita na esfera do emprego é a geração de rendimentos a um grande número de agricultores, oferecendo um número menor de empregos aos trabalhadores da fábrica e de algumas empresas locais. Enquanto a presença da Dunavant pode estar a ajudar a sobreviver alguns agricultores no contexto do desemprego crónico em todo o país, as condições de trabalho são muito duras e os rendimentos não aumentaram substancialmente. O preço pago aos agricultores pelo seu algodão é insuficiente para ir ao encontro das suas necessidades e a maioria sente-se desapontada e explorada.

**Castel-Branco, C. (2012) PARP 2011 – 2014: Contradições, Tensões e Dilemas. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 105-115.**

Este artigo argumenta que para simultaneamente resolver a questão da diversificação da base produtiva, desenvolvimento de pequenas e médias empresas e promoção de emprego para reduzir a pobreza, o PARP tem de ser focado no desenvolvimento da indústria de alimentos básicos para o mercado doméstico e diversificação das exportações. Uma das razões que sustenta este argumento deriva do facto de a produção alimentar ser fundamental para gerar emprego em grande escala. Além do emprego directo que a produção alimentar possa criar, a disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo no mercado, é fundamental para gerar empregos competitivos (portanto, atractivos para os empregadores), mas com salários reais decentes (portanto, redutores da pobreza dos trabalhadores). Se os preços dos produtos alimentares básicos subirem, a pressão sobre os salários reais (poder de compra dos trabalhadores) reflectir-se-á ou em instabilidade e conflito social ou em aumento dos salários nominais. Se o aumento dos salários nominais não for compensado pelo menos com o aumento equivalente da produtividade do trabalho, os salários perderão competitividade porque o rácio salário/produto aumentará, e as empresas perderão interesse em empregar trabalhadores.

**Castel-Branco, R. (2013) A formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo: desafios para o estado e organizações laborais. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 307-330.**

Actualmente, o trabalho doméstico assalariado é parte integrante da vida urbana em Moçambique. Assente numa relação laboral directa entre empregado e empregador, o trabalho doméstico é uma profissão como qualquer outra. Porém, os trabalhadores domésticos não usufruem dos mesmos direitos que outros trabalhadores, e a regulamentação de suas relações laborais, através do Regulamento de Trabalho Doméstico, teve até agora um impacto limitado nas condições de trabalho. Além de dar recomendações sobre a legislação, os mecanismos de implementação e o papel de organizações de trabalhadores domésticos a autora chama atenção que é importante reconhecer as limitações da protecção laboral, visto que a regulamentação não resolve os problemas estrutu-

rais que levam milhares de mulheres e homens ao trabalho doméstico.

**Ibraimo, Y. (2013) Expansão da Produção de Produtos Primários, Emprego e Pobreza. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 265-279.**

O Governo de Moçambique colocou como principal desafio gerar um crescimento económico inclusivo e reduzir os níveis de incidência de pobreza e vulnerabilidade no país. A agricultura tem sido visto pelo governo como o sector que tem maior potencial para reduzir a pobreza, pelo simples facto de que um grande número de “pobres vive directa e indirectamente da agricultura. Na óptica do governo, existe uma ligação directa, linear e automática entre a agricultura e a redução da pobreza, que na expectativa do governo poderá ser materializada pela (i) produção de produtos alimentares básicos para a população e (ii) geração de emprego através do desenvolvimento de uma agricultura comercial de grande escala voltada para a produção de produtos primários para exportação. Este artigo argumenta que a abordagem do governo em relação a ligação entre a agricultura e a redução de pobreza, através da geração de emprego e da produção de produtos alimentares, e feita de forma dualista, isto é, olha-se para estes dois mecanismos de forma separada enquanto, de facto, existe uma relação orgânica entre eles. Um outro argumento desenvolvido no artigo é de que as intenções do governo e as dinâmicas económicas reais são distintas, isto é, não há uma convergência entre os documentos de política e as dinâmicas económicas em Moçambique.

**Ibraimo, Y. (2012) Reflexões sobre emprego e (redução da) pobreza no PARP: Desafios para uma abordagem alternativa. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 373-383.**

Este artigo apresenta uma crítica em relação a ligação directa, automática e simplista que Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014 apresenta relativamente a promoção massiva de emprego e redução da pobreza. O artigo argumenta que (i) a ligação entre emprego e redução de pobreza existe, mas não é automático que seja uma ligação de redução ou de aumento de pobreza, (ii) a liberalização das condições de emprego não permite aumentar a produtividade das empresas e consequentemente não cria nem expande o emprego e (iii) com a liberalização

das condições de emprego, a tendência vai ser a de impedir que o emprego reduza a pobreza porque a competitividade do emprego tenderá a ser garantida por via da redução dos rendimentos reais dos trabalhadores.

**Mosca, J. (2010) Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 83-98.**

O autor considera que existem vários padrões de acumulação em Moçambique, que simultaneamente se relacionam, reforçam e competem entre si. Nesta perspectiva, o autor examina o sector informal, defendendo que os padrões de acumulação que mantêm a maioria dos agentes económicos “informais” e a população em estado de pobreza prolongados estão dependentes dos principais mecanismos de reprodução da economia, onde o principal beneficiário é as economias “formais”. Esta dependência e outros factores (escala, tipo de agentes económicos, formas de funcionamento dos mercados “informais”, etc.) dificultam a saída da pobreza.

**O’Laughlin, B. e Ibraimo, Y. (2013) *A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Cadernos IESE N° 12P**

**O’Laughlin, B. e Ibraimo, Y. (2013) *The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Cadernos IESE N° 12E**

Este artigo resulta de uma investigação de campo sobre o impacto da expansão da produção de açúcar na área de influência da Açucareira de Xinavane (AdX), focando as localidades (postos administrativos) de Xinavane, 25 de Setembro, 3 de Fevereiro, Ilha Josina Machel e Magude. O artigo debruça sobre a organização da produção da AdX e dos produtores integrados, e argumenta que ainda que o rendimento é uma questão importante, mas é apenas um dos determinantes do bem-estar dos trabalhadores. O bem-estar não é apenas uma questão de consumo e posse de bens. Depende também do provimento de cuidados de saúde e da experiência do próprio trabalho, tanto pago como não pago. Também reflecte o meio social em que se vive, a qualidade do ar que se respira, a água que se bebe e o ambiente em que se vive. Neste contexto, o relatório foca no impacto da produção de açúcar na

qualidade do trabalho, os seus custos sociais e suas implicações tanto para a saúde pessoal como ambiental nas comunidades rurais. Do ponto de vista histórico, a rentabilidade da produção de açúcar em Xinavane se baseou em sistemas de produção que não eram saudáveis nem para os trabalhadores nem para o ambiente em que eles viviam. Actualmente, expansão da produção de açúcar requer novas formas de trabalhar, de recrutar trabalhadores e de utilização dos recursos.

**Oya, C. (2012) *Crise Global, Crescimento e Desafios para Moçambique e sua Estratégia de Desenvolvimento*. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 387-409.**

O artigo faz um enquadramento das dinâmicas nacionais num mundo globalizado. O autor debruça sobre a forma como a crise global se fez sentir em África, os seus traços mais significativos, e aborda criticamente a aparente resistência das economias africanas face à actual conjuntura internacional. Uma avaliação das dinâmicas e processos que caracterizam a chamada África “emergente” é feita pelo autor, chegando às conclusões que o novo optimismo sobre África baseia-se em suposições e análises demasiado superficiais, que não levam suficientemente em conta as características mais marcantes das dinâmicas africanas de crescimento. Finalmente, o autor reflecte sobre as implicações que as crises globais e a chamada “emergência” africana têm para Moçambique. O autor defende que o crescimento em Moçambique baseia-se, por um lado, no papel preponderante dos interesses capitalistas multinacionais na extracção de recursos minerais (e naturais em geral) e em mínimas actividades de processamento e, por outro lado, na capacidade do Estado moçambicano de atrair fluxos de capital público estrangeiro (ajuda externa) para financiar despesas de cariz social e sustentar o aparelho do Estado. Este padrão de acumulação é pouco consistente com as objectivos de redução dos níveis de pobreza, e promoção do emprego e segurança alimentar, em particular num contexto que não existem medidas de política económica nacional em termos de promoção de actividades intensivas em trabalho.

**Woodhouse, P. (2010) Constrangimentos na produtividade da agricultura africana. In : Luís de Brito et. al. (orgs.). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 175-193.**

Este artigo argumenta que existem falhas em grande parte das abordagens preponderantes na redução da pobreza rural através de intervenções meramente “baseadas na agricultura”. O artigo propõe quatro áreas principais em que a investigação tem de ter uma nova abordagem para pesquisar as limitações à melhoria da produtividade agrícola, e a relação destas com a pobreza rural. Entre estes, destaca a importância de, ao invés de conceber uma sociedade rural homogénea de “agricultores de pequena escala”, caracterizar mais claramente as diferentes categorias de agricultores e as relações laborais entre eles, e entre estes e o conjunto da economia.

**Wuyts, M. (2011) *Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique.* Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. IDEiAs Nº 35P.**

Este artigo identifica alguns mecanismos que explicam porquê o crescimento económico nem sempre é um redutor de pobreza. De acordo com o autor, o crescimento económico é importante para a redução da pobreza, no entanto, o argumento comum sobre a ligação directa entre crescimento e redução da pobreza, em particular a assumpção sobre capacidade do crescimento em reduzir a pobreza mantendo o coeficiente de Gini inalterado, ignora a importância da variação dos preços relativos entre diversas categorias de produtos. Mais especificamente, este argumento ignora a importância do impacto da variação dos preços relativos da comida nos níveis e dinâmicas da pobreza. O autor demonstra como por via de aumentos de preços de alimentos e produtos básicos, mesmo um crescimento substancial do PIB per capita pode ser consistente com a estagnação ou mesmo aumento da incidência da pobreza, ainda que a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, não aumente.

#### **Publicações sobre o tema disponíveis no IESE**

**Brück, T. e Broeck, K. (2006) *Growth, Employment and Poverty in Mozambique.* SIDA. Issues in Employment and Poverty Discussion Paper 21.**

O artigo explora a relação entre o crescimento económico, emprego e pobreza, combinando a análise macroeconómica e a análise de dois inquéritos nacionais aos agregados familiares (1996-97 e 2002-03), para estimar o efeito de emprego no bem-estar das famílias e redução da pobreza. Os autores apontam o aumento brusco de desigualdades como um factor que explica porque o crescimento não produz efeito suficiente para redução da pobreza. Analisando o efeito do emprego no alívio da pobreza, os autores concluem que não é o emprego por si só que importa mais, mas que as oportunidades de acesso ao emprego e consumo.

**Jones, S. e Tarp, F. (2012) *Jobs and welfare in Mozambique: Country case study for the 2013 World Development Report.* Copenhagen, UNU-WIDER.**

O estudo examina a natureza e o funcionamento dos mercados de trabalho em Moçambique, num contexto da crescente tensão entre o crescimento económico e a desigualdade. Os autores descrevem o desenvolvimento do mercado de trabalho no período 1996-2009, e constatarem que a economia falha em transformar o crescimento económico em geração suficiente de postos de trabalho de qualidade, para conduzir o crescimento em expansão de bem-estar na economia. O mercado de trabalho moçambicano é dominado por trabalho na agricultura, que, no entanto, não representa a escolha preferencial das famílias, mas serve como uma esponja que absorve o trabalho residual – os que não encontram as oportunidades fora do sector. Os autores argumentam que o aumento de retornos na agricultura é o factor prioritário para tratar o problema de pobreza.

**Lebaron, G e Ayers, A. (2013) *The Rise of a ‘New Slavery’? Understanding African unfree labour through neoliberalism.* *Third World Quarterly*, Vol. 34 (5), 873–892.**

Os autores discutem o aumento de insegurança e exploração de trabalho no contexto de liberalização, incluindo o impacto de reformas de mercado e privatização nos salários, emprego e pobreza, que marcaram uma mudança notável nas relações de produção e reprodução social. Os autores abordam questões como a informalização da economia, enquadramento da África na divisão internacional de trabalho nos mercados globais, corrida por recursos naturais, crescimento dos BRICS e intensificação do processo de acumulação primitiva.

**Oya, C. (2013) Rural wage employment in Africa: methodological issues and emerging evidence. *Review of African Political Economy*, Vol 40 (136), 251-273.**

Este artigo explora as evidências sobre os mercados de trabalho rural e emprego assalariado na África Subsaariana. O artigo argumenta que as estatísticas oficiais sobre emprego rural assalariado são escassas e pouco confiáveis, e discute hipóteses porque isso acontece.

**Oya, C. e Weeks, J. (2004) *Investment for Poverty Reducing Employment in Africa: Review of case studies and an analytical framework. Report to the UNDP and ILO*. London, Centre for Development Policy and Research, SOAS.**

Os programas de geração de emprego com impacto sobre incidência da pobreza requerem certa clareza analítica e as definições apropriadas. O artigo procura trazer isso aos leitores, inclusive discutindo as limitações das estatísticas oficiais sobre desemprego em países africanos. Os autores argumentam que o investimento público é o principal mecanismo disponível para redistribuição do rendimento e geração de emprego com impacto sobre a incidência da pobreza, e as políticas públicas deviam focar menos em estabilidade macroeconómica de curto prazo.

**Wuyts, M. (2009) Growth, Employment and the Productivity–Wage Gap: Revisiting the Growth–Poverty Nexus. In: L. Mishel, J. Bernstein e H. Shierholz, *The State of Working America 2008/2009*. London, Cornell University Press for the Economic Policy Institute. pp. 1-11.**

O artigo critica as bases teóricas da assumpção sobre a ligação directa entre o crescimento macroeconómico e a redução de incidência da pobreza (relação directa entre o PIB per capita e os padrões de vida da população), e argumenta que bem-estar da população depende da forma como o crescimento da produção é atingido (por via de aumento de produtividade ou aumento do número de postos de emprego), assim como da medida em que o aumento de produtividade de trabalho é traduzido em aumento de remuneração de trabalho. O sistema de acumulação é um factor determinante no processo de ligação entre o crescimento e a redução de incidência da pobreza, dado que configura as relações de trabalho, a natureza dos mercados de trabalho e os mecanismos que ligam a produtividade e a remuneração do emprego.

**Wuyts, M. (2001) Informal economy, wage goods and accumulation under structural adjustment: theoretical reflections based on the Tanzanian experience. *Cambridge Journal of Economics* (25), 417-438**

Este artigo analisa os factores que moldaram o desenvolvimento do sector informal em África Subsaariana durante processos de ajustamento estrutural. De ponto de vista de mercado de trabalho, o sector informal é caracterizado pelo uso intensivo de trabalho e ausência de regulamentação. O autor identifica dois factores importantes na configuração deste segmento do mercado de trabalho: 1) o processo de redução do preço relativo dos bens de consumo básico, como resultado de importações e ajuda externa que reduz o custo da unidade de trabalho e favorece por esta via actividades intensivas em trabalho; e 2) o subsídio ao salário real por outras formas de provisão económica, como resultado de adopção de estratégia de multiplicação e diversificação das actividades nas famílias. A sustentabilidade de desenvolvimento deste modelo, dependente da ajuda externa para financiar importações e com pouca potencial para gerar aumentos de produtividade e ligações inter-sectoriais entre agricultura e indústria, é questionada pelo autor.

#### Literatura cinzenta sobre o tema disponível no IESE

**Castel-Branco, C. (2014). *Economia extractiva, porosidade e desenvolvimento: Desafios para Moçambique*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Mesa Redonda “Desigualdades”, organizada pela Oxfam em Moçambique, 19 de Novembro.**

A apresentação aponta que o crescimento económico e o emprego evoluem em direcções diferentes em Moçambique. O crescimento económico é determinado pelas dinâmicas do complexo extractivo (o núcleo, que produz *commodities* para exportação e as indústrias dependentes ou de carácter oligopolista de processamento final), intensivo em capital e qualificações. No entanto o grosso da força de trabalho é acomodado nas PME e nas actividades informais, com escassas oportunidades de emprego formal. Politicamente, a questão do emprego não está efectivamente na agenda de prioridades - enquanto a acumulação do capital é apoiada efectivamente, a responsabilidade de geração ampla do emprego é passada para população, através de apelos ao auto emprego. A diferenciação na produtividade e nas condições de emprego, por sua vez, dificultam a mobilização do trabalho para exercer pressões sobre o sistema político.

**Farré, A. (2012) Mercado de trabalho em Massinga. Entre a acumulação e as informalidades. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Conference Paper nº13.**

O artigo estuda a realidade económica actual do distrito de Massinga e procura relacionar esta realidade com os debates sobre o mercado de trabalho e a agricultura no sul de Moçambique. O caso de Massinga é interessante, dado que representa uma realidade onde existe uma dependência alimentar a nível do distrito (o distrito não produz comida suficiente para as pessoas que vivem nele), ao mesmo tempo que existe um dinamismo económico que cria um mercado de trabalho fora da agricultura. O artigo explora o papel de emprego rural na redução da pobreza, olhando também para o papel de trabalho migratório, posse da terra e sector informal.

**Nkurunziza, J. (2006) Generating Rural Employment in Africa to Fight Poverty. Paper apresentado em ECOSOC's High-Level Segment. New York, 9 de Maio.**

O artigo argumenta que, dado que pobreza em África é um fenómeno rural, o combate à pobreza deve ser promovido através da criação de emprego decente em zonas rurais. O autor foca especificamente em algumas medidas, como: 1) medidas demográficas para completar a transição demográfica e reduzir o volume da força de trabalho (o que permite focar em qualidade dos postos de emprego); 2) modernização da agricultura e desenvolvimento das suas ligações com outros sectores; 3) expansão das oportunidades de emprego fora de agricultura nas zonas rurais; e 4) rebalanceamento da alocação de recursos em favor das zonas rurais.

**Sender, J., Oya, C. e Crammer, C. (2007) Lifting the blinkers: A new view of power and poverty in Mozambican labour markets. Apresentação na Conferência Inagural do IESE, Maputo, 19 de Setembro.**

Este estudo é baseado na evidência empírica recolhida em três províncias de Moçambique, nomeadamente: Manica, Zambézia e Nampula. Os autores argumentam que os mercados de trabalho exercem um impacto significativo na vida de um grande número de pobres, no entanto os salários e as condições de trabalho são discriminados entre o trabalho casual, sazonal e permanente. Os autores também discutem a fraqueza metodológica dos inquéritos gerais, representativos a nível estatístico, em mostrar um quadro real dos mercados de trabalho, em particular a sua dificuldade de capturar a diversidade de formas de pagamento, práticas de empre-

go e relações de trabalho.

**Wuyts, M. e Kilama, B. (2014). Economic Transformation in Tanzania: Vicious or Virtuous Circle? REPOA. Working Paper 14/4**

Este artigo explora o conceito de transformação económica e investiga a sua relevância para o debate de política económica, num contexto da revitalização do planeamento económico na Tanzânia. O artigo argumenta que experiências históricas mostram que não existe um único processo de transformação económica. No entanto, para a transformação conduzir à melhorias amplas no bem-estar da população, este tem que ser baseado na geração massiva do emprego nos sectores de maior produtividade, fora do sector da agricultura (industria e serviços), acompanhado com convergência de produtividade de trabalho nos diversos sectores (especificamente, com o aumento de produtividade na agricultura). Os autores abordam o processo de planificação da economia tanzaniana com uma assumpção de casualidade alternativa entre a alta retenção da força de trabalho na agricultura e a baixa produtividade no sector (sobre os rendimentos decrescentes a escala na agricultura).